

Discurso na cerimônia de lançamento do Programa Construgiro de linha de crédito destinada a empresas do ramo da construção civil

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE OUTUBRO DE 1999

Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Senhores Líderes; Senhor Ministro da Fazenda; Senhor Presidente da Caixa Econômica, Doutor Emílio Carazzai; Senhores empresários da construção civil; Senhoras e Senhores,

Normalmente, o Presidente da República não tem muita coisa a acrescentar. Hoje, foi pior ainda, porque o vídeo era muito explicativo e o Doutor Carazzai nos fez uma apresentação muito ampla de todo o programa habitacional que está sendo desenvolvido pela Caixa Econômica e pelo Governo Federal.

Quero, em primeiro lugar, me congratular com a Caixa. A exposição feita, objetiva, direta, mostra que a Caixa, como o Brasil, tem rumo. Em segundo lugar, quero me congratular também com aqueles que estão já firmando os seus contratos e com os muitos que virão para firmar contratos. Quero, também, me congratular com todos os Senhores e as Senhoras.

Eu queria apenas ressaltar dois ou três pontos. Como os Senhores e as Senhoras sabem, nunca foi diretriz do Governo Federal a centraliza-

ção. Pelo contrário. Nós acreditamos que, num país como o Brasil, tão amplo, uma Federação com tantas diferenças regionais, seria uma pretensão vã imaginar que a partir de Brasília se pudessem resolver os problemas que afligem a população mais diretamente.

Isso é assim em tudo: na educação, na saúde, na reforma agrária. Agora, estamos vendo na Caixa também. Quantos desses programas são feitos pelo Brasil afora e nem se sabe que são do Governo Federal. São programas, digamos, apropriados localmente, com nomes próprios localmente. Os governos locais, muitas vezes, são credores. E o Governo se satisfaz, como é o caso, simplesmente em pagar. Mas é a nossa função e estamos fazendo isso.

Se de pronto, se de imediato pode até haver a sensação de que o Governo Federal não está tendo um programa habitacional, os que se debruçarem um pouco mais sobre os dados vão ver que não é certo. Uma boa parte do que se faz é em função de uma ação conseqüente e consistente do Governo Federal. Ação que começou, obviamente, no plano macro. Aqui, já foi dito pelo Doutor Carazzai, e é absolutamente certo: sem estabilidade econômica não há programa de financiamento de habitação que se mantenha.

Fui Ministro da Fazenda. Acompanhei, na época, o que acontecia com a Caixa Econômica Federal. Depois, como Presidente da República, da mesma forma. Aqui já foi dito: houve momentos no Brasil em que não se publicavam os balanços da Caixa para não reconhecer que ela estava no vermelho. Houve paralisação das atividades da Caixa. A reconstrução disso dependeu de muitas atividades, umas internas. E aqui, faço uma referência especial ao Doutor Sérgio Cutolo, que realmente teve um empenho muito grande naquilo que, hoje, são os fundamentos da Caixa e que o Doutor Emílio Carazzai está desenvolvendo com maestria, que significa o profissionalismo da Caixa Econômica.

Alguns aqui são Parlamentares e se recordarão das dificuldades para que houvesse a aceitação da transformação de algumas superintendências em gerências de negócios. E como foi difícil convencer o País de que esse era o melhor sistema. Não se tratava, simplesmente, de esvaziar o “poder” de

grupos políticos, mas se tratava de dar mais eficiência à ação de uma instituição que é fundamental para a questão habitacional.

Isso foi feito com muita persistência. A Caixa Econômica tem um corpo de profissionais respeitado. Evidentemente, existe uma função política muito importante que é exercida pelo Governo, a começar pelo Presidente, pelos Parlamentares, que é de orientar, que é de reclamar, que é de pedir, que é, enfim, de acrescentar. Mas a qualidade do trabalho não pode ser influenciada diretamente por interesses, por mais corretos que sejam, a partir de razões meramente políticas. E não o foram nunca no meu governo. Orgulho-me de dizer isso: nunca!

As decisões podem ter sido erradas, mas não foram em função de interesses menores. E quando houve ação política – e deve haver – foi para corrigir, aí, sim, os desvios de rumo que podem, eventualmente, existir, cobrar mais velocidade, reclamar. Aí, perfeito. Mas a execução tem que ser técnica. Assim está sendo na Caixa Econômica, como, aliás, nas demais instituições financeiras do Brasil. Eis uma mudança que quero frisar, porque é importante, que é a mudança de mentalidade que está ocorrendo em nosso país.

Portanto, houve ações, digamos, de ordem macro para permitir que a Caixa voltasse a poder atuar. Mas eu queria ressaltar alguma coisa que está sempre na ordem do dia. Um dos itens mais difíceis nas negociações entre o Governo Federal e os estados era a dívida contratual com a Caixa Econômica. Nós precisávamos fazer – como fizemos – a reconstrução da credibilidade: quem deve, paga. Pode não poder pagar de pronto tudo o que deve. Pode precisar de um prazo. Pode haver uma negociação. Mas tem que pagar. E fizemos isso, estado por estado.

De vez em quando, vêm à porta da Presidência reclamações que querem reabrir a negociação das dívidas, diminuir a quantidade de recursos que é paga. Isso significa paralisar a Caixa, entre outras atividades, porque a reconstrução das finanças depende – não é só disso, mas em parte – desse fluxo de recursos que passa a existir quando existe credibilidade. Quando os governos estaduais e municipais assumem um compromisso, têm que pagar esses compromissos. Nós não cedemos. Cedemos na questão de ver o quanto é possível, em situações

emergenciais, mas não no rumo. A credibilidade é essencial para que o povo não sofra as conseqüências das benesses que são dadas pelo poder público central, eventualmente sofrendo pressões de poderes locais. Quem paga isso é o povo. A conta é sempre para o povo, que deixa de ter condições de poder ter um programa efetivo de construção, no caso da Caixa, ou de saneamento básico.

Foi muito difícil isso. A reconstrução de um sistema de credibilidade é um processo de anos. Começamos esse esforço muito grande de reconstrução da credibilidade pública em 1993. Estamos colhendo, agora, os primeiros frutos mais efetivos. Agora já se sente uma diminuição da pressão das taxas de juros, que é essencial para que o sistema funcione.

Há pouco, o Doutor Carazzai falou no SFI–Sistema Financeiro Imobiliário. Nós o montamos em 97. O Congresso o aprovou em 97. Pois bem, até hoje, por causa da instabilidade, por causa da taxa de juros, não foi possível, ainda, que esse sistema funcionasse. Vai começar a funcionar. Vamos precisar de ampliar o crédito. Esse crédito vai ser internacionalizado também. Haverá possibilidade até disso, de contar com recursos.

Mas para isso vamos precisar, efetivamente, ter essa continuidade na política econômica, que implica não só a estabilidade, como a tendência crescente à queda da taxa de juros, desde que isso não seja por uma decisão de “vontade política”, ou seja, fazer quando não se pode. Não. Fazer à medida que as condições vão sendo criadas para que a taxa de juros possa efetivamente baixar. Está baixando. Há de baixar mais.

Ainda amanhã, neste mesmo Palácio, teremos algumas explicações a respeito dos novos esforços do Governo Federal no caminho da redução da taxa de juros. Isso é essencial para que esses programas funcionem, sobretudo o SFI.

Estamos criando, paulatinamente, um mercado de recebíveis. Vamos precisar dar novos passos. Vamos precisar da compreensão do Congresso Nacional, porque uma das razões pelas quais há resistência na questão da taxa de juros é o problema da nossa legislação, que pseudamente apóia o devedor. Digo pseudamente porque ele acaba perdendo também. Ou melhor, o conjunto das pessoas que têm necessidade de tomar

recursos emprestados acaba perdendo pelo fato de alguns não pagarem e de não haver mecanismos que corrijam a inadimplência, permitindo, inclusive, que quem emprestou recupere o recurso que foi emprestado para um imóvel, como se faz com os automóveis. Com os imóveis há uma muito maior dificuldade. E isso em nome da “defesa do pobre”. Não é verdade, não é uma defesa do pobre. É uma defesa do mau pagador, que acaba prejudicando o pobre.

Sei que há pessoas que se tornaram maus pagadores por circunstâncias. Nesse caso, tem que haver mecanismos que os atendam, pois o que não se pode criar é uma mentalidade que leva a não pagar, porque é mais fácil não pagar do que pagar ou porque é possível utilizar mecanismos legais, brechas na lei para postergar o pagamento. E, quando se vão discutir os juros, deixa-se de pagar até o principal. Não é correto.

O Congresso Nacional vai ser acionado por nós para corrigir esses mecanismos, de tal maneira que possamos, efetivamente, criar um mercado de recebíveis e um sistema que permita, efetivamente, o acesso mais amplo à casa própria.

Por que existe isso nos Estados Unidos ou em alguns países, na Suécia ou onde seja? Por que existe acesso fácil? Porque existem mecanismos de credibilidade. Porque existem mecanismos que permitem que a taxa de juros não seja explosiva. Porque existe uma legislação que assegura um mecanismo normal de funcionamento. Então, qualquer pessoa faz um empréstimo por 30, 40 anos com uma taxa de juros razoável e encontra modos de financiamento.

Ora, por que não fazer isso no Brasil? Vamos fazer. Não vamos fazer isso só por um decreto. São vários, são várias leis, são modificações. Nós, aqui, estamos dando novos passos nessa direção. O que o Doutor Carazzai nos mostrou, hoje, aqui, foi que um setor especial, que é o setor daquelas construtoras que têm o seu capital de giro imobilizado pelas dívidas de longo prazo, vai ser aliviado. Ou seja, a Caixa vai dar capital de giro, na prática, para aqueles que estão com seus recursos empataados em dívidas de longo prazo. A Caixa assume essas dívidas de longo prazo ou, pelo menos, assume os recebíveis num caso às vezes parcialmente, às vezes totalmente, e dá mais liqui-

dez às empresas para que elas possam construir, para que elas possam trabalhar.

Isso é fundamental. É fundamental porque significa a possibilidade de retomada efetiva de um ramo de atividade econômica que está precisando ser fortemente dinamizado. O País e o povo precisam de casas, as pessoas precisam morar. É preciso criar emprego, e esse setor é um dos que mais empregam, sem pressionar a balança comercial, porque não importa insumos. Portanto, é um setor altamente positivo. Precisamos dinamizar o conjunto da nossa economia.

Então, é o momento oportuno. Temos a confiança de que vamos fazer crescer a nossa economia, no ano que vem, pelo menos 4%. Isso está no Avança Brasil. Não está por ser uma vontade abstrata do Presidente da República, mas porque há um conjunto de políticas concretas que estamos fazendo no ano mais difícil que enfrentamos, que foi 1999.

Conseguimos ultrapassar este ano mantendo a inflação sob controle, fazendo com que a taxa de juros continuasse a cair e sem desorganizar o setor produtivo do Brasil. É só comparar. Não posso citar outros países, mas é só comparar para ver o quanto a maioria dos países que passou pela mesma crise tem índices negativos de crescimento econômico.

Desde o início do ano eu estava apostando com o Ministro da Fazenda que no fim do ano teríamos um índice positivo. Não sei quem vai ganhar, mas ele deve estar torcendo por mim agora, para que, no fim deste ano, apesar de todas as dificuldades, tenhamos algum crescimento positivo. Tenho certeza de que o Ministro da Fazenda assina embaixo comigo: o ano que vem, não é isso não, é, pelo menos, 4%. E esses programas fazem parte dessa visão de um Brasil que vai se dinamizar.

Há poucos dias, lançamos aqui um conjunto de programas de apoio à média, pequena e microempresa, modificamos as condições de endividamento desse setor da economia brasileira. Da mesma forma, há algum tempo, fizemos a mesma coisa com o setor agrícola. Agora, estamos começando a fazer – friso, começando – com o setor imobiliário. E tudo isso, digamos, sempre abençoado pela contínua tendência à queda da taxa de juros, segundo me disse o Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Por todas essas razões, foi significativo que a Caixa Econômica tivesse demonstrado o seu trabalho aqui, esses vários programas, notadamente o Programa de Arrendamento Residencial, que é um programa inovador, importante, porque vai dinamizar, também, os recursos diretos do Habitar Brasil e de outros programas semelhantes. Ele mostra que há um conjunto de atividades do Governo Federal, todas orientadas na mesma direção.

O Brasil vai continuar crescendo, porque um país com a nossa potencialidade não pode se conformar de ver, simplesmente, gente choramingando e dizendo que não vai dar certo. Vai dar certo!

Muito obrigado.

